

Processo Administrativo nº 2025-126636**Assunto:** Presidência – Solicitações**Requerente:** Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI**Interessado:** Luciana Ebrahim Melquiades da Silva**DECISÃO**

1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI, com a finalidade de viabilizar a contratação da empresa RYBENÁ Tecnologias Assistivas Ltda., para fornecimento de solução de acessibilidade para *websites*, a qual integra ferramentas de libras, voz e acessibilidade, compreendendo, ainda, os serviços correlatos de suporte técnico, manutenção e atualização, a ser realizada por meio de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2. Ressalte-se, por oportuno, que a presente contratação atende ao disposto no art. 1º, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), bem como às diretrizes estabelecidas no art. 6º, § 4º, da Resolução CNJ nº 215/2015, no art. 2º, § 2º, da Resolução CNJ nº 401/2021 e na Resolução CNJ nº 370/2021, alinhando-se, ainda, às disposições da Portaria CNJ nº 406/2024, que institui o Ranking da Transparência do Poder Judiciário.

3. O DCA informou que o valor apresentado encontra-se em conformidade com aqueles praticados pela empresa em contratações semelhantes, envolvendo objetos de mesma natureza (D2702494 e D2702498), em observância ao disposto no art. 7º, § 1º, do Ato Normativo nº 15/2022.

4. A DICONF realizou a respectiva reserva orçamentária no montante de R\$ 23.166,00 (D2703033).

5. Na sequência, a UCI consignou que a instrução dos autos observou as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como os atos normativos editados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (D2704487).

6. Posteriormente, a Consultoria Jurídica opinou “pela regularidade jurídico-formal da presente contratação direta, fundamentada no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e no Ato Normativo TJ/AL nº 19/2023” (D2705153).

7. Por fim, em atendimento à rotina de requisição e contratações, cujo fluxo está detalhado no art. 21, do Ato Normativo nº 19/2023, constam nos autos os seguintes documentos, no que de maior importância: Documento de Formalização da Demanda – DFD (D2605406); *74*

despacho enquadrando a demanda como Solução de TIC (H199039); decisão – autorização de inclusão no PCA (D2641713); descrição da demanda no PCA 2026 (H207794); Portaria nº 16, de 04 de março de 2026 – Equipe de Planejamento da Contratação (D2685512); Estudo Técnico Preliminar (D2699358); mapa de riscos (D2699360); Termo de Referência (D2699364); carta de exclusividade (D2702084); proposta (D2702404); 19 contratos celebrados com outros órgãos públicos (D2702494); documentos de habilitação (D2702506); reserva orçamentária no valor de R\$ 23.166,00 (D2702905).

8. Após, vieram-me os autos conclusos.

9. **É o relatório. Decido.**

10. As aquisições e contratações públicas devem observar, como regra, o princípio constitucional do dever de licitar, previsto no art. 37, inciso XXI, da Constituição da República. Tal diretriz, entretanto, admite exceções, sobretudo quando presentes circunstâncias que inviabilizam a competição. A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 74, estabelece as hipóteses de inexigibilidade de licitação, merecendo destaque, no caso em exame, o inciso I, que assim dispõe:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos; (grifos aditados)

11. Segundo Marçal Justen Filho¹, a inexigibilidade decorre da inviabilidade de competição, isto é, quando não há condições de selecionar objetivamente a proposta mais vantajosa. Ainda, conforme assentado no Acórdão nº 6.875/2021 – TCU – Segunda Câmara, a mera demonstração de exclusividade de marca não é suficiente, por si só, para comprovar a inviabilidade de competição, requisito indispensável à configuração da inexigibilidade de licitação.

12. Portanto, é imprescindível que o bem ou serviço fornecido em caráter exclusivo seja o único apto a atender, de forma adequada, ao interesse público perseguido pela Administração.

13. No caso dos autos, trata-se de procedimento administrativo com o objetivo de viabilizar a contratação da empresa Rybená Tecnologias Assistivas Ltda., para fornecimento de

¹ FILHO, Marçal Justen. **Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas**: Lei 14.133/2021. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 1005.

solução de acessibilidade para *websites*, a qual integra ferramentas de Libras, Voz e Acessibilidade, compreendendo, ainda, os serviços correlatos de suporte técnico, manutenção e atualização, a ser realizada por meio de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.


14. Consoante se extrai do Estudo Técnico Preliminar da Contratação, a demanda decorre da necessidade de adequação do Portal do Poder Judiciário de Alagoas às exigências legais e regulamentares de acessibilidade digital, notadamente aquelas previstas na Lei nº 12.527/2011, nas Resoluções CNJ nº 215/2015, nº 401/2021 e nº 370/2021, bem como na Portaria CNJ nº 406/2024, que instituiu o Ranking da Transparência do Poder Judiciário. Referida normativa passou a exigir a disponibilização de, no mínimo, três recursos de tecnologia assistiva, como audiodescrição e alto contraste, tendo, inclusive, penalizado, no exercício corrente, os tribunais que não atenderam a tais requisitos (D2699358).

15. Nesse contexto, a contratação de solução de acessibilidade digital revela-se necessária tanto para o cumprimento das obrigações normativas quanto para assegurar o acesso equitativo à informação, promovendo inclusão e cidadania às pessoas com deficiência.

16. Destaca-se a solução Rybená por integrar, em uma única plataforma, ferramentas de Libras, voz e acessibilidade visual, sendo, atualmente, a única disponível no mercado nacional com capacidade de atendimento simultâneo a diferentes tipos de deficiência, o que potencializa o alcance das informações institucionais e contribui para a efetivação da igualdade de acesso, evidenciando sua plena adequação ao objeto pretendido.

17. Superada a análise da adequação ao objeto pretendido, passa-se ao exame da exclusividade da empresa no fornecimento da solução.

18. A exclusividade encontra-se devidamente comprovada por meio da Certidão nº 022/2026 (D2702084), expedida pela Associação das Empresas de Tecnologia da Informação do Distrito Federal, na qual se atesta que a empresa em questão é a única fornecedora, em todo o território nacional, das licenças, dos serviços de customização, da atualização tecnológica, do treinamento e do suporte técnico relacionados ao produto em referência.

19. No tocante à estimativa de despesa, impõe-se a observância do disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual o valor previamente estimado da contratação deve ser compatível com os preços praticados no mercado, considerados os dados constantes de bancos públicos e as quantidades a serem contratadas. 

20. Na hipótese de contratação por fornecedor exclusivo, a aferição do valor de mercado pode ser legitimamente realizada com base em contratações pretéritas firmadas pela própria fornecedora com outros órgãos da Administração Pública, exigência que se encontra atendida, conforme demonstram os documentos D2702494 e D2702498.

21. Outrossim, observa-se que foram devidamente atendidos os requisitos formais e materiais exigidos pelo art. 72 da Lei n.º 14.133/2021 para a formalização do processo de contratação direta, destacando-se a existência de documentos essenciais como o Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar, a Análise de Riscos, o Termo de Referência, a justificativa de preço, a indicação da dotação orçamentária, bem como os pareceres técnico e jurídico favoráveis.

22. Por fim, considerando os pareceres técnicos favoráveis emitidos pela UCI (D2704487) e pela Consultoria Jurídica (D2705153), bem como todos os fundamentos expostos, constata-se que a contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, revela-se plenamente amparada no ordenamento jurídico, além de adequada, conveniente e oportuna para a satisfação do interesse público envolvido.

23. Diante do exposto, considerando a manifestação Consultoria Jurídica, principalmente pelas razões ali expostas², as quais adoto como fundamento para decidir, passando a integrar o presente ato decisório, bem como em virtude de um juízo de conveniência e oportunidade, **DEFIRO** o pleito e **AUTORIZO** a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa RYBENÁ Tecnologias Assistivas Ltda., para fornecimento de solução de acessibilidade digital consistente em plataforma integrada de tradução em libras, conversão de texto em voz e recursos de acessibilidade visual, com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

24. À Subdireção-Geral para ciência e demais providências.

25. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Maceió/AL, 22 de abril de 2026.


Des. Fábio José Bittencourt Araújo

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas

² Prevê o §1º do art. 50 da lei Estadual n 6.161/00 (Regula o processo administrativo no âmbito da administração pública estadual): Art; 50. *Omissis.* (...) §1º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.